

# Arquitetura e Urbanismo: Forma, Espaço e Design

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

# Arquitetura e Urbanismo: Forma, Espaço e Design

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Lorena Prestes  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A772	Arquitetura e urbanismo: forma, espaço e design [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-615-7 DOI 10.22533/at.ed.157190509  1. Arquitetura. 2. Desenho (Projetos). 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra.  CDD 720
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Discutir Arquitetura e Urbanismo é trazer à tona uma realidade cotidiana, é abordar a relação entre homem e espaço. Esta por sua vez, impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas. Por isso pesquisar sobre Arquitetura e Urbanismo é abrir um leque de infinitas possibilidades de abordagem, que pode ser a arquitetura enquanto construção, o patrimônio, a cidade, os parques, as políticas de habitação, enfim, temas que parecem desconectados, mas que, na realidade, possuem uma ligação primordial: o espaço habitado pelo homem.

É em busca de qualidade desse espaço vivido que os artigos deste livro se conectam. O espaço construído é discutido enquanto verticalização e também patrimônio, as políticas de habitação e seus impactos na urbanização; o espaço aberto aparece nas discussões acerca dos parques e patrimônio natural. Os relatos aqui apresentados oportunizam reflexões sobre o urbano, sua segregação, sua degradação, suas inclusões e exclusões, e vislumbram um horizonte de possibilidades para nossos espaços.

A relevância de trazer à tona discussões atualizadas para nossos espaços, faz deste *e-book* uma contribuição efetiva para diversas áreas que estudam o espaço e sua relação com o homem, disseminando visões acerca desses conhecimentos.

Jeanine Mafra Migliorini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ARRANHA-CÉU NO SÉCULO XXI: SENTIDO DE CHEGADA E O SENTIDO DE LUGAR. O CASO DO LEADENHALL BUILDING	
Luís Henrique Bueno Villanova	
DOI 10.22533/at.ed.1571905091	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
PARQUES LINEARES COMO ELEMENTOS DE CONEXÃO: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	
Gisele Aparecida Nogueira Yallouz	
Bruno Silva Ferreira	
Fabiany Sampaio Bertucci Tavares	
Jussara Maria Basso	
DOI 10.22533/at.ed.1571905092	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A PAISAGEM DA BAIÁ DA GUANABARA: PATRIMÔNIO, SEGREGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	
Leonardo Marques de Mesentier	
Evelyn Furquim Werneck Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1571905093	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ECONOMIA CRIATIVA   CONVERGÊNCIAS	
Elisabete Barbosa Castanheira	
DOI 10.22533/at.ed.1571905094	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
AS JANELAS QUEBRADAS NO QUARTO DISTRITO DE PORTO ALEGRE	
Daniel Barreto Dillenburg	
Marina Machado Dillenburg	
DOI 10.22533/at.ed.1571905095	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
FRAGMENTOS URBANOS: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM UBERLÂNDIA/MG	
Guilherme Augusto Soares da Motta	
DOI 10.22533/at.ed.1571905096	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>79</b>
O MINHA CASA MINHA VIDA “EMPRESAS” NA CIDADE DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DO CONJUNTO HABITACIONAL “TEOTÔNIO VILELA – PIRACICABA”	
Marcelo Álvares de Lima Depieri	
DOI 10.22533/at.ed.1571905097	

<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>91</b>
ANÁLISE DA VIABILIDADE AMBIENTAL DA CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS DE PNEUS DE DESCARTE EM ÁREAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ - MG	
Bruna Horta Bastos Kuffner	
Claudio Marcelino de Toledo	
Demarcus Werdine	
José Maurício Pereira dos Santos	
Leyde Kelly Miranda	
Maira de Mendonça	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1571905098</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>104</b>
AUTENTICIDADE EM RISCO ONDE ESTA O ARCO? O GATO COMEU!	
Eder Donizete da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1571905099</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>120</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>121</b>

## PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ECONOMIA CRIATIVA | CONVERGÊNCIAS

**Elisabete Barbosa Castanheira**

Faculdade Estácio – UNISA – Universidade de  
Santo Amaro São Paulo – SP

**RESUMO:** O resgate do Patrimônio Industrial, por meio de iniciativas recentes que tiveram lugar em Lisboa, constitui o objetivo do presente artigo. Em uma leitura que transita entre os teóricos do referido assunto e instrumentos estratégicos governamentais, o artigo procura apresentar casos de sucesso na retomada de edificações exauridas de sua função inicial: a indústria. A primeira parte do artigo apresenta uma breve reflexão acerca do patrimônio enquanto condição resultante de uma sobreposição de camadas da sociedade ao longo dos anos. A segunda parte do texto contempla o arco de tempo entre o terremoto de 1755 e o ano de 2013, quando do lançamento do plano LX 2020 que traça as estratégias no quadro comunitário para o período 2014-2020. Na terceira parte, o artigo relaciona o resgate do Patrimônio Industrial da região de Alcântara com a Economia Criativa e, como conclusão, o processo de transformação na região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Industrial, Criatividade, Práticas Criativas, Inovação Social.

**INDUSTRIAL HERITAGE E CREATIVE  
ECONOMY | CONVERGENCES**

**ABSTRACT:** The rescue of Industrial Heritage, through recent initiatives that took place in Lisbon, is the purpose of this Article. In a reading that moves from the theoretical to that subject and government policy tools, the article seeks to present success stories in the resumption of buildings emptied of its original function: the industry. The first part of the article presents a brief reflection on the heritage as condition resulting from a superposition of layers of society over the years. The second section covers the span of time between the earthquake of 1755 and the year 2013, when the launch of the LX 2020 plan outlines the strategies in the Community framework for the period 2014-2020. In the third part, the article relates the rescue of Industrial Heritage in Alcântara by Creative Economy and, as conclusion, its transformation.

**KEYWORDS:** Industrial Heritage, Creativity, Creative Practices, Social Innovation.

**INTRODUÇÃO - REVOLUÇÃO INDUSTRIAL  
E PATRIMÔNIO**

A ocupação urbana ao longo do século XIX (e a Revolução Industrial) trouxe novos hábitos, novas necessidades e, conseqüentemente, novas formas de pensar a cidade e a produção



industrial. Entre a manufatura artesanal e a produção em série, houve, sobretudo, uma nova forma de pensar a fabricação de artefatos e os espaços de trabalho. Há o desenvolvimento dos meios produtivos e dos materiais. O desenvolvimento da técnica transforma-se em tecnologia. Os meios produtivos mecanizam-se, inovam e tornam-se tecnológicos. A revolução tecnológica altera os modos produtivos e construtivos.

Nesse panorama de alterações sociais, as demolições e construções sucedem-se e manifestam-se ligadas, intrinsecamente, ao crescimento e desenvolvimento urbano, como refere Fernandes (apud MARQUES, 2009, p. 46). Esta sobreposição de “camadas”, nas palavras de Certeau (1998 p. 23), intensificada com o surgimento da sociedade industrial e da instalação de edificações a serviço da cultura da eficiência (a produção do maior número de artefatos no menor espaço de tempo) criou, ao longo dos séculos XIX e XX, um empilhamento de camadas heterogêneas que:

De alguma forma, apresenta como característica a complementaridade, o que atribui uma falsa inércia ao conjunto pois, o lugar é um palimpsesto, cuja “análise erudita” só permite conhecer a versão final – a mais recente – e que a mesma, em muito se assemelha a uma colagem: é possível observar a superfície sem conhecimento das camadas inferiores. (CASTANHEIRA, 2015 p. 46)

A oposição entre passado e presente materializa uma constante na transformação das cidades. A condição histórica de que se reveste acaba por refletir a transformação vivida e a readequação aos novos modelos sociais, o que, por conseguinte, produz mudanças constantes que repercutem na constituição do espaço urbano. Todos estes critérios de avaliação acabam por remeter a cidade à condição de caótica e prescindem da análise do que venha a ser a aglomeração urbana enquanto *locus* da produção. Nessa perspectiva,

Entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar o homem enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de vida, de agir e de pensar. Significa pensar o processo de produção do humano num contexto mais amplo, aqueles da produção da história de como os homens produziram e produzem as condições materiais de sua existência e do modo como concebem as possibilidades de mudança. (CARLOS, 1999 p. 70)

Quando a produção industrial passa a ceder lugar à sociedade da informação, uma grande parte da materialidade da indústria se vê, de certa forma, obsoleta. Votadas ao abandono por considerável tempo, muitas edificações industriais passam a constituir áreas em desuso e em processo de deterioração. Este patrimônio representa, nas palavras de Kuhl (2009, p. 41), uma preocupação relativamente recente se comparada com a atenção dispensada a outros tipos de manifestação cultural.

Ainda que seja possível detectar uma preocupação em relação ao patrimônio industrial já no século XVIII, como refere a autora, é somente em meados do século XX que o tema passa a ter maior visibilidade, sobretudo na Inglaterra, por iniciativa de Donald Duddley no início dos anos 1950. A mesma autora refere também

que, posteriormente, surge uma preocupação em relação ao patrimônio industrial remanescente da chamada Revolução Industrial. Estreitamente relacionada que está com o desenvolvimento ferroviário, o patrimônio industrial acaba por contemplar também a arquitetura ferroviária e, enquanto conceito congrega:

Múltiplos valores, entre os quais o valor histórico ou de “testemunho” histórico, representando um momento específico da evolução das atividades humanas; o valor social, documentando a experiência do trabalho industrial; o valor tecnológico, registrando as transformações técnicas e tecnológicas dos processos industriais; o valor científico, servindo como fonte para os estudos científicos em campos diversos, tais como a História social e econômica e a Sociologia; e por fim, o valor arquitetônico, refletindo em seus projetos (forma e aparência) a função específica a qual deveria realizar e também muitas vezes apresentando grande qualidade arquitetônica. (ROSA, 2011 p.3)

Para Khul (2009) quando se fala em Patrimônio Industrial é suposto que os estudos que contemplam a Arqueologia Industrial por meio do estudo, análise e registro de formas de industrialização do passado já tenham sido realizados de modo a promover a identificação dos bens que constituem interesse a ser preservado. Esta preservação, que para a mesma autora constitui sempre uma escolha, deveria também constituir um programa amplo sobre tutela de bens culturais (e também naturais) capaz de traçar um retrato abrangente onde seja possível detectar não só a relação estabelecida com o local de implantação e as transformações daí decorrentes, mas, também a análise histórico-documental e iconográfica de modo a “situar o complexo em seu contexto urbano e territorial, além de sócio-cultural e econômico” (Khul, 2009 p. 46). A mesma autora ressalta ainda a importância da preservação da força do trabalho, da energia geratriz de riqueza, por meio do resguardo dos “remanescentes dos modos de produção e o maquinário existente, que devem ser preservados *insitu*” (KHUL, 2009 p. 46).

## LISBOA PATRIMÔNIO CULTURAL, ARQUITETÔNICO E INDUSTRIAL

O terremoto seguido de um tsunami de 1755 em Lisboa promoveu uma enorme devastação na cidade que, posteriormente, por iniciativa do Marquês de Pombal, teve a sua área central reconfigurada, em uma operação de urbanismo singular para o período:

O plano aprovado apresentava novos conceitos e inovações em termos de funcionamento, salubridade e prevenção contra novas calamidades. O aspecto labiríntico do traçado medieval das ruas passava a dar lugar a um traçado retilíneo e ortogonal, regularizando a área compreendida entre as antigas praças principais da cidade, o Rossio e o Terreiro do Paço. Esta nova abordagem dava origem a espaços amplos, criando condições de iluminação e de arejamento das ruas e dos edifícios, inexistentes na antiga cidade, melhorando a salubridade dos mesmos. (MIRANDA, 2011 p. 14)

Apesar da magnitude do acontecimento as zonas de Alcântara, Belém e Ajuda (Imagem 1 - Setor A) não foram tão atingidas quanto o centro de Lisboa (Imagem

1 - Setor B). Segundo Antunes (2010, p.149), por esta razão há em êxodo de sobreviventes para a região, principalmente da corte, do governo e da nobreza, que passa assim a constituir a nova centralidade Lisboa.

Com o Terremoto de 1 de novembro de 1755 e o conseqüente incêndio uma grande parte da cidade de Lisboa ficou destruída e danificada. Apesar de não ter sido imune a este acontecimento, com a destruição de grande parte do Paço Real e de alguns conventos, Alcântara foi uma das zonas mais poupadas à destruição, o que levou a que fosse neste local que uma parte da população procurasse refúgio. Este fato deveria ter provocado um grande aumento de construção que não se verificou, uma vez que foi proibida qualquer construção fora das fortificações. Este decreto legal de 3 de Dezembro de 1755 foi decisivo para o crescimento urbano de Alcântara até aos finais do século XIX. (MARQUES, 2009 p. 27)



Figura 1 - Mapa parcial de Lisboa

Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@38.7111451,-9.201272,14z>> Acesso: 12 jun. 2016.

A autora refere ainda que a dimensão do caos que se instalou na cidade de Lisboa demandou medidas drásticas e radicais cumpridas friamente pelo Marquês de Pombal:

Foi ordenado o tombo dos edifícios destruídos e delimitada a área da cidade, sendo proibida a construção no exterior deste perímetro, entre muitas outras medidas. Rapidamente, o Marquês de Pombal procurou encontrar uma solução para a reedificação de Lisboa. Foram apresentadas diversas alternativas para a reconstrução da cidade, uma delas passava por abandonar as ruínas e construir uma nova cidade num novo local (Belém). Contudo, o Marquês de Pombal decidiu que a reconstrução teria lugar no antigo terreno sobre as ruínas, mas construindo uma cidade totalmente renovada, com poucas relações com a malha antiga. Assim, e pela primeira vez, Lisboa foi pensada, programada e edificada. (MARQUES, 2009 p. 27)

O plano de reconstrução (de tom claramente iluminista) não só alterou significativamente o traçado da cidade como também constitui uma visão amplificada

e integrada da expansão da cidade, como refere Marques (2009, p. 229), e que se traduziu no “desenvolvimento de novas áreas urbanas”, incluindo “melhoramentos no porto de Lisboa” e a instalação “dos primeiros estabelecimentos de caráter industrial” nas proximidades de Alcântara. A primeira medida é, segundo Pistola (2009, p. 30), “a transformação mais relevante” a que a localidade é submetida e que viria, decisivamente, a transformá-la em “local impar para o assentamento industrial, no espaço de Lisboa”. Tal importância, nas palavras do autor, está relacionada não só ao fato da indústria portuguesa estar fortemente dependente de matérias-primas importadas, como também por se apresentar como “canal privilegiado para o escoamento de uma importante parte dos produtos de muitas indústrias nacionais” mas, sobretudo, por ter se transformado em situação propulsora para a retomada da atividade naval. Já a segunda, que se refere a instalação industrial na região, está diretamente relacionada às boas “acessibilidades proporcionadas pelo vale, que servia de ligação ao interior da cidade” e também à facilidade na obtenção do recurso hídrico como fonte de energia industrial.

Esta proximidade com o mar faz a instalação de unidades fabris proliferar, consolidando no século XIX a vertente industrial de Alcântara. Como consequência desta ocupação industrial, a instalação da rede de meios de transporte tem crescimento significativo. A presença abundante de água é, na perspectiva de Pistola (2009, p. 27), decisiva para a “fixação e para o desenvolvimento de atividades industriais”, sobretudo, para aquelas que “dependiam dela para o seu funcionamento”. No final do século XIX, no entanto, a facilidade de acesso começa a se extinguir em virtude das obras de aterro que fizeram com que a ribeira de Alcântara começasse a desaparecer, como refere Marques (2009, p. 30).

Somente no século seguinte, no ano de 1966, aconteceria aquela que seria a obra decisiva na desarticulação territorial da região: a construção da Ponte Salazar, posteriormente denominada Ponte 25 de Abril, em homenagem ao movimento que rompeu com o regime político ditatorial de Antônio de Oliveira Salazar que comandou Portugal com mão de ferro entre 1932 e 1968. Como consequência da construção deste equipamento há a transferência de muitas indústrias de Alcântara para outras regiões. No final do século XX, a realidade socioeconômica que se impõem materializa a impossibilidade de convivência do urbano com o fabril. É um convite à mudança das industriais para áreas periféricas.

No final do século, com o crescimento da indústria, sua especialização e a conseqüente necessidade de a mudar para a periferia, as áreas que esta atividade ocupava, agora no centro da cidade, foi deixada ao abandono. Sem a existência de qualquer estratégia de recuperação desta área, Alcântara tornou-se num bairro majoritariamente residencial e comercial, e as zonas fabris tornaram-se espaços obsoletos. Estas zonas passaram a espaços expectantes com uma grande qualidade pela sua situação privilegiada, como a proximidade aos grandes eixos de acesso e ao rio, bem como de infraestruturas. (SIMÕES, 2012 p. 23)

Nesse novo contexto socioeconômico, Alcântara vê dispersar a sua pujança

industrial. A paisagem se transforma e a intensa atividade fabril começa a dar lugar a um cenário de ausência e abandono: ausência de atividade e abandono de edificações. Na virada do século XXI, a reabilitação urbana em Portugal assume protagonismo no que tange às políticas da cidade, em particular das suas áreas mais degradadas e de qualificação do parque habitacional. Pautando-se por premissas de sustentabilidade e isonomia social é instituído em 7 de maio de 2004 a Sociedade de Reabilitação Urbana por força do Decreto- Lei n.º 104 que:

Além de permitir às autarquias procederem à criação de entidades especialmente encarregues da operacionalização de ações de reabilitação ou de renovação de uma área previamente delimitada, como meio de maximizar a captação de investimento e a mobilização dos privados, cria, define e regula o regime jurídico excepcional da reabilitação urbana para as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, a desenvolver. (Decreto Lei nº 104/2004 - Reabilitação Urbana Caso Direito - Disponível em: < <http://www.leideportugal.com/primeira-serie/decreto-lei-n-o-104-2004-reabilitacao-urbana-caso-direito-162029>> Acesso: 23 out. 2016)

Em 1999 é constituída uma comissão técnica com o objetivo de elaborar o PUA - Plano de Urbanização de Alcântara; cuja elaboração tem início, efetivamente, em 2008; tendo sido aprovado em 2011 e posteriormente, em 2014, sofrido alterações. Nesse ínterim, em 2012, é lançado o último Plano Diretor Municipal (PDM) no qual é notável a relevância adquirida pelas malhas históricas da cidade, como refere Somekh (2014, p. 4). Ainda segundo a autora, depois de um decréscimo populacional bastante significativo na região central de Lisboa, ao longo das últimas décadas do século XX há um declínio do emprego qualificado na cidade (em virtude do êxodo das empresas para outros municípios da região metropolitana) fazendo com que o centro histórico da cidade passe a enfrentar a ausência de investimento em detrimento da urgência em equipar a periferia: fosse com moradias, shopping centers ou autoestradas. Vinculado ao PDM, em 2013, no âmbito da “discussão e aprovação da regulamentação do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 (QFP) centrado na execução da Estratégia Europa 2020”<sup>1</sup> foi lançado o LX 2020 - Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário - Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa - e que contempla três grande prioridades: crescimento inteligente (conhecimento e inovação); crescimento sustentável (eficiência na utilização dos recursos) e crescimento inclusivo (coesão social).

O documento está assente em um tripé de questões consideradas fundamentais para promover o desenvolvimento de Lisboa: Mais Pessoas, Mais Emprego e Melhor Cidade. A primeira diz respeito a necessidade fundamental da promoção da vinda, da retenção e do acolhimento de pessoas no centro; a segunda está relacionada com a força motriz de geração de riqueza e valorização social; e a terceira diz, não só dos aspectos de sustentabilidade, conforto e segurança por meio de conectividade

---

<sup>1</sup> LX - Europa 2020 - Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário - Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa, Introdução.

e otimização de sistemas e serviços urbanos, mas, também, da reabilitação das áreas urbanas degradadas, do reforço da coesão social e do combate à pobreza, da promoção da cultura e da criatividade, da valorização da interculturalidade e da cidadania.

A manifestação coletiva dos estados membros da União Europeia, expressa no documento, tem como objetivo promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo elencado em 11 objetivos temáticos. A temática que envolve a eficiência energética e a sustentabilidade ambiental está recorrentemente elencada no rol de objetivos; a questão do desenvolvimento tecnológico e da inovação também se encontra listada de forma assídua além, claro, das questões sociais e econômicas.

### **A ESCALA DA GOVERNANÇA:**

O plano afirma o compromisso com uma clara obtenção de resultados cujo objetivo é “maximizar a eficácia e os impactos das intervenções públicas”<sup>2</sup> por meio de uma governança eficiente. Para tanto, entende a importância de instrumentos em escalas locais e a intervenção dos atores aí circunscritos, o que caracteriza as intervenções *Bottom Up* (mencionadas reiteradas vezes ao longo do documento).

### **A ABOARDAGEM DO PATRIMÔNIO CULTURAL:**

Um dos projetos estruturantes que o documento contempla é o “Lisboa: Cidade Criativa”<sup>3</sup>. No texto de apresentação o documento faz referência a cultura e à criatividade como dimensões fundamentais da vida humana por meio das quais é possível ao ser humano construir os seus valores patrimoniais e identitários. Compõem o referido projeto os eixos abaixo listados:

- Estimular e otimizar a oferta cultural, artística e criativa
- Conservar e promover o património cultural
- Valorizar a interculturalidade e promover a cidadania
- Conhecimento/boas práticas

Para cada um dos eixos foram elencados projetos possíveis e passíveis de atingir as metas propostas. Dentre as ações listadas há o especial destaque para a promoção de dois projetos: Santos Design District (vizinho à freguesia de Alcântara e que se constitui como iniciativa promovida por uma associação comercial local) e o Reviver a Lisboa industrial: espaços, objetos e pessoas que contempla, especificamente, a conservação dinâmica das zonas que albergaram

---

<sup>2</sup> LX - Europa 2020 - Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário - Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa, Introdução.

<sup>3</sup> LX - Europa 2020 - Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário - Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa, Introdução.



polos industriais na cidade de Lisboa, incluindo zonas portuárias através do seu mapeamento, identificação e catalogação.

## PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ECONOMIA CRIATIVA I CONVERGÊNCIAS

A ideia de patrimônio está presente naquilo que está edificado, construído e é esta ideia subjacente que permite a compreensão do passado de um determinado local (SIMÕES, 2012, p. 14). Construir no construído implica na reinvenção de uma nova urbanidade.

Nos centros históricos encontram-se as marcas da sociedade, da cultura, dos conflitos, fracassos e sucessos da cidade. São evidenciados processos pro meio dos quais se constituem e se dá importância a lugares e cenários da memória social. O que está em causa já não é só a questão da recuperação da vitalidade das áreas centrais, mas, sim a sua adaptação às atividades contemporâneas. (SIMÕES, 2012 p. 15)

Para Simões (2012 p. 16) pensar em uma edificação é considerar uma realidade em constante transformação, que diz não só de uma resistência temporal do edifício mas, sobretudo, do atributo que lhe cabe de ser um repositório memorial do seu tempo. A mesma autora cita ainda Appleton (2006):

Os edifícios antigos têm, qualquer que seja a sua idade, já cumprida a função para que foram construídos, admitindo-se que o tempo médio esperado para a vida de um edifício será de 50 anos. Por isso mesmo, representam já uma parte do patrimônio construído, contêm em si uma parte da história do homem, para além de significarem também uma parcela significativa e mesmo imprescindível do parque construído, no que se refere às funções que têm de continuar a desempenhar, na habitação, no comércio, na indústria ou nos serviços. (APPLETON *Apud* SIMÕES, 2012 p. 15)

Na sequência de um largo período de intensa atividade, aos poucos, Alcântara vai se transformando em um parque de estruturas fabris desativadas. O vazio produtivo está a diminutos 5 km da Praça do Comércio, onde desembocam as Ruas do Ouro e da Prata que ladeiam a Rua Augusta (e seu majestoso arco incluído no programa de reconstrução pós terremoto mas, somente edificado no século seguinte) e que de alguma maneira sintetizam o urbanismo pombalino.

A desvalorização de Alcântara como área industrial se sobrepôs a sua localização estratégica, servida que está de farta infra estrutura de transportes (e de uma convidativa proximidade com o mar) por vasto período de tempo:

A importância que setor da indústria teve para o desenvolvimento de uma identidade em Alcântara, com os vestígios que registram esta herança e que remetem para um período tão dinâmico da sua vida urbana, deve ser visto como uma potencialidade para a criação de um sentimento de pertença. O fato destes edifícios se apresentarem atualmente descaracterizados e desfuncionalizados da sua ocupação inicial levam a que se questione a sua salvaguarda e preservação, que deve ser entendida de uma forma mais abrangente. Os edifícios singulares, para além da sua importância individual, foram também um motor de desenvolvimento e de caracterização de tecidos urbanos, devem ser considerados no seu conjunto.

A área industrial inativa de Alcântara, ou nas palavras de Marques (2009, p. 6), os espaços expectantes da região, passa a materializar oportunidades em estado de latência. Enquanto se aguarda a aprovação do PUA - Plano de Urbanização Alcântara XX<sup>4</sup>, primeiramente a cargo dos arquitetos Manuel Mateus e Frederico Valsassina e, posteriormente, de Manuel Fernandes, uma empresa de gestão de ativos, a Mainside SGPS, alugou alguns dos edifícios, anteriormente ocupados pela gráfica Mirandela, para aí albergar um “cluster de empresas criativas” designado de “Lx Factory”. (ROMANO, 2009)

O projeto lançado em 2007 tem a marca identitária do efêmero. Trata-se de um lugar cheio de memória, marcadamente eficaz e industrial, constituído por grandes edifícios de alvenaria de pedra com estruturas portantes periféricas, pontuados com pórticos metálicos e/ou de betão armado onde convinha, em função do elevado peso das máquinas da gráfica que se distribuíam pelos vários pisos. Este tipo de ocupação original determinou a existência de um pé-direito generoso e de lajes, entre pisos, de grande resistência mecânica, que agora são uma interessante oportunidade de apropriação livre, facilmente transformáveis em qualquer função urbana: escritórios, ateliers, habitação, escolas ou hotelaria. Seria virtualmente possível albergar qualquer destas funções nestes edifícios. (ROMANO, 2009)

A iminência da efetivação do PUA e a conseqüente necessidade de disponibilização da edificação de imediato dotou a iniciativa de um caráter temporário, provisório, efêmero. Foi diante dessa necessidade contingente que os arquitetos João Alves e Ana Pinto traçaram o conceito de intervenção: simplicidade que mantém a sua essência original, os seus volumes, a fenestração, a materialidade, mas acrescentando cor e alguns apontamentos de desenho mais cuidado numa ou outra caixilharia, ou nas paredes divisórias de um corredor (ROMANO, 2009).

Em todo o edifício é patente a preocupação da parcimônia de recursos, dando origem a interessantes reutilizações de portas e elementos construtivos que existiam pela fábrica. Estas velhas peças que agora readquirem significados e funções, emprestam, por seu lado, uma particular patine de memória e textura a todo o conjunto, conferindo-lhe verdade tectônica e a dignidade que o tempo reserva às coisas puras e genuínas. Despido de ornamentos e artificialismos marginais ou supérfluos, o edifício mostra-se agora na sua forma mais bela e pura, disponível para ser usado. Provocador, sensual e disponível, aceita o seu lugar de suporte discreto, das várias assinaturas (tags) de criatividade e de singularidade de cada um dos seus ocupantes. (ROMANO, 2009)

---

4 O PUA visa a estabilização de um quadro de desenvolvimento urbano local que contribua para a coesão do tecido social e urbano, integrando os aspetos de sustentabilidade territorial e incorporando, designadamente, a estrutura ecológica urbana enquanto componente fundamental de qualificação ecológica, ambiental, paisagística e de mitigação de riscos naturais. Disponível em: < [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/loteamento/13\\_2014/pualcantara2015.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/loteamento/13_2014/pualcantara2015.pdf) > Acesso em: 17 jun. 2016.





Figura 2 - Localização da LX Factory

Disponível em: <<http://www.lxfactory.com/PT/localizacao/>> Acesso em: 17 mai. 2016.



Figura 3 - LX Factory



Figura 4 - LX Factory

Figura 3 - Disponível em: <[http://www.shift.jp.org/en/archives/2008/05/off\\_2008.html](http://www.shift.jp.org/en/archives/2008/05/off_2008.html)> Acesso em: 17 jun. 2016. Figura 4 - Disponível em: <[http://www.shift.jp.org/en/archives/2008/05/off\\_2008.html](http://www.shift.jp.org/en/archives/2008/05/off_2008.html)> Acesso em: 17 jun. 2016.



Figura 5 - Disponível em: <<http://www.pequenosmonstros.com/2015/09/revivendo-lugares-em-lisboa-lx-factory-doca-de-santo-amaro/>> Acesso em: 17 jun. 2016

Figura 6 - Disponível em: <<http://www.pequenosmonstros.com/2015/09/revivendo-lugares-em-lisboa-lx-factory-doca-de-santo-amaro/>> Acesso em: 17 jun. 2016.

A LX (Abreviatura de Lisboa) Factory está instalada em uma área de 23 mil metros quadrados e ocupa 10 prédios (sendo um deles com 5 pisos, um outro com 2 pisos e os demais com apenas 1). A intervenção mínima garante a preservação da identidade da edificação e a unidade do projeto, muito embora, os elementos indispensáveis a concretização dos novos usos (e a liberdade conceitual facultada aos locatários) materializem o contemporâneo.

A flexibilidade na distribuição e no aumento ou diminuição das áreas de trabalho é outra característica do LX Factory tendo em vista as grandes superfícies do imóvel. As atividades desenvolvidas, em sua quase totalidade, estão classificadas como do âmbito da Economia Criativa e, justamente por conta deste público, Romano (2009) entende que o LX Factory é pouca enfática na promoção do encontro entre os diferentes ocupantes, notável até na pouca oferta de mobiliário coletivo, ficando a qualidade e o potencial do espaço privado aquém da qualificação do espaço coletivo, o que naturalmente encontra fácil explicação nas particularidades efêmeras da intervenção.

Para o autor (2009) o espaço de interação é fundamental na contaminação de ideias e, sem dúvida, uma das premissas dos novos modos de concepção e projeção. A LX Factory se auto intitula como uma ilha criativa, uma fábrica de experiências onde se torna possível intervir, pensar, produzir, apresentar ideias e produtos num lugar que é de todos, para todos.

## CONSIDERAÇÕES

Na iminência de um esgotamento da periferia enquanto localidade dormitório (que se traduz, para inúmeros habitantes das grandes cidades, em um enorme investimento de tempo no deslocamento seja profissional, acadêmico ou social) há a busca por formas diferentes: seja de trabalho, de moradia ou lazer.

A compartimentação urbana que levou a mono funcionalidade dos centros urbanos, e conseqüente desertificação, vai cedendo lugar ao desejo de novas centralidades que sejam multifuncionais. Não é só a diversidade de Jacobs (1961, p. 13) que se procura resgatar nestes novos cenários urbanos, mas também, a flexibilização de usos e as possibilidades plurais de convivência e organização.

Lisboa, como cita Somekh (2014), além do extenso patrimônio histórico edificado detém também a cultura enraizada de produção de projetos urbanos. Com o terremoto de 1755, Lisboa foi reconstruída sob o comando do Marquês de

Pombal; com o incêndio no Chiado em 1988, esta parcela importante da zona central de Lisboa foi devolvida a população pela mão do arquiteto português Álvaro Siza Vieira e, posteriormente, por ocasião da Exposição Internacional de Lisboa de 1998, a zona oriental da cidade totalmente degradada (que anteriormente, por sua posição estratégica, havia comportado um porto com significativa estrutura naval) por iniciativa governamental (prevista no PDM de 1994) é transformada no exemplo contemporâneo paradigmático do Parque das Nações e transformada em nova centralidade no final dos anos 1990 (SOMEKH, 2014, p. 3).

Uma outra adversidade vem propor novas mudanças: na sequência da crise instalada na primeira década deste século, por meio da utilização de edifícios históricos e patrimônio industrial sem uso, ativando assim, uma nova de abrigar profissionais autônomos e pequenas empresas, sobretudo do ramo da economia criativa, como refere Somekh (2014).

Em Alcântara, apesar de toda a robustez industrial e do papel estratégico desempenhado ao longo da recuperação pós terremoto de 1755, o declínio foi inevitável. Não se enquadrando na metáfora do objeto museal, como refere Choay (1992, p. 191), dado que o patrimônio industrial abandonado de Alcântara não caracterizava o objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história” e ainda, negando a ideia visionária de isolamento de fragmentos urbanos privados de seu uso e de seus habitantes como forma de reverência patrimonial, o conjunto industrial desta região lisboeta passa a retratar o abandono.

Na década de 1990 começa a haver uma percepção de novas potencialidades para as edificações industriais da região de Alcântara. Os armazéns das docas de Santo Amaro (localizada exatamente embaixo da ponte 25 de abril) são disso bom exemplo: transformados em um conjunto de casas noturnas em meados de 1990, a iniciativa marca um processo de retomada na ligação com o Rio de Tejo (processo este consolidado posteriormente quando da construção do Parque das Nações) depois de um longo período de afastamento.

Posteriormente, em 2007 (no espaço ocupado pela Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense e Gráfica Mirandela, entre outros), a Mainside (empresa de investimentos) instala a LX Factory que abriga nos seus 23 mil m<sup>2</sup> de área uma verdadeira Ilha Criativa e uma Fábrica de Ideias. Embora fruto de investimento privado, a LX Factory configura um modelo de negócios distinto sobretudo pela abordagem diversificada contemplada no mix de atividades e pelo caráter provisório dos contratos estabelecidos que além de atender a grande mobilidade da classe criativa contemplada pela iniciativa, também está vinculada à iminência da concretização do PUA - Plano de Urbanização de Alcântara. Muito próximo do LX Factory, surgiu em 2014 uma nova iniciativa de origem empreendedora: o Village Underground Lisboa. Área destinada às Indústrias Criativas, com espaço para o ócio e para o negócio, o VU é uma espécie de franquia do conceito original inglês (concretizada por meio de uma parceria com o Museu da Carris - dos transportes) e

que tem na sustentabilidade a premissa projetual: a estrutura arquitetônica original utiliza contentores marítimos (e dois ônibus) convertidos em instalações de trabalho, desta que é uma plataforma internacional para a cultura e para a criatividade.

A região de Alcântara vê assim, emergir um novo horizonte para as suas áreas industriais fazendo com que seja possível superar a função inicial da edificação (que atende objetivos funcionais) para se ater ao seu valor, que além de estético, formal e histórico também se constitui como sendo aquele que lhe é atribuído, como refere de Argan (1991, p. 23), e que só se efetiva por meio da importância que a grande parte dos usuários de uma cidade é capaz de expressar.

## REFERÊNCIA

ANTUNES, Adelino. Fugas Urbanas - Contributo para o Estudo dos Lugares das Sociabilidades Urbanas. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. Disponível em: <<https://run.unl.pt/bitstream/10362/14106/1/Tese%20de%20Doutoramento%20-%20Adelino%20Antunes.pdf>> Acesso em: 04 jun. 2016.

ARGAN, Giulio Carlo. O Espaço Visual da Cidade. São Paulo: Espaços & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1991.

CARLOS, Ana Fani A. Carlos. A Cidade. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

CASTANHEIRA, Elisabete B. Práticas Criativas e Territórios Emergentes. O Hibridismo Dos/Nos Elevados. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.

CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Editora Vozes, 1998

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

KUHL, Beatriz. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Patrimônio Industrial: algumas questões em aberto. São Paulo: USJT - arq. urb - número 3/ primeiro semestre de 2010. Disponível em: <[http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_03/3arqurb3-beatriz.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/3arqurb3-beatriz.pdf)> Acesso em: 04 jun. 2016.

MARQUES, Beatriz Rosa de Almeida Pereira O vale de Alcântara como caso de estudo Evolução da morfologia urbana. Lisboa: Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa, 2009. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395138367729/dissertacao.pdf>> Acesso em: 04 jun. 2016.

MIRANDA, Frederico Antunes Sanches. Caracterização dos Edifícios Pombalinos da Baixa de Lisboa. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2011. Disponível em: <[https://run.unl.pt/bitstream/10362/5964/1/Miranda\\_2011.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/5964/1/Miranda_2011.pdf)> Acesso em: 04 jun. 2016.

PISTOLA, Renato. Alcântara, A Evolução Industrial - De Meados do Século XIX ao Final da Iª República. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/281813595\\_Alcantara\\_A\\_Evolucao\\_Industrial\\_De\\_Meados\\_do\\_Seculo\\_XIX\\_ao\\_Final\\_da\\_la\\_Republica](https://www.researchgate.net/publication/281813595_Alcantara_A_Evolucao_Industrial_De_Meados_do_Seculo_XIX_ao_Final_da_la_Republica)> Acesso em: 04



jun. 2016.

ROMANO, José. Revista Arquitectura XXI . Lisboa: Beprofit, 2009. Disponível em: <<http://joseromanoarquitectos.com.pt/noticias/a2103lxfactory.htm>> Acesso em: 16 jun. 2016.

ROSA, Carolina Lucena. O Patrimônio Industrial: a Construção de uma Nova Tipologia de Patrimônio. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308189074\\_ARQUIVO\\_artigoANPUHC\\_arolinaRosa.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308189074_ARQUIVO_artigoANPUHC_arolinaRosa.pdf)> Acesso em: 04 jun. 2016.

SIMÕES, Mariana Parreira. Construir no Construído - Novos Modelos de Habitar a Cidade para a Zona de Alcântara. Lisboa: Faculdade de Arquitetura - Universidade Técnica de Lisboa, 2012.

Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5443/1/Novos%20modelos%20de%20habitar%20a%20cidade%20para%20a%20zona%20industrial%20de%20Alc%C3%A2ntara.pdf>> Acesso em: 04 jun. 2016.

SOMEKH, Nadia. Lisboa, Projetos Urbanos e Patrimônio: uma lição para São Paulo? São Paulo: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Arquitetura, Cidade e Projeto: Uma Construção Coletiva. Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM, 2014.

Disponível em: <[http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-PCI-006\\_SOMECK\\_BARBOSA.pdf](http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-PCI-006_SOMECK_BARBOSA.pdf)> Acesso em: 28 mai. 2016.

LX 2020 - Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário - Áreas de Intervenção na Cidade de Lisboa. Lisboa: 2013. Disponível em: <[https://ciencias.ulisboa.pt/sites/default/files/fcul/investigacao/Lisboa%20Europa%202020\\_versao\\_online1.pdf](https://ciencias.ulisboa.pt/sites/default/files/fcul/investigacao/Lisboa%20Europa%202020_versao_online1.pdf)> Acesso em: 28 mai. 2016.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Arranha-Céu 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12

### B

Baia de Guanabara 26, 34

### C

Cidades 3, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 34, 41, 50, 54, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 88, 89, 92, 103

Condição da Base 1, 3

Conectividade 14, 15, 16, 22, 23, 24, 45

Contemporaneidade 36, 65, 76, 77

Contexto 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 16, 28, 29, 30, 41, 42, 44, 52, 54, 67, 68, 76, 77

Corredores Verdes 14

Criatividade 40, 46, 48, 52, 63

### D

Desenvolvimento Urbano 25, 32, 41, 48, 66, 76, 82, 89, 103

### E

Economia Criativa 40, 47, 50, 51, 58

Espaços Públicos 4, 12, 14, 22, 54, 63, 76

### H

Habitação 5, 30, 47, 48, 65, 66, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90

### I

Inovação Social 40

Intervenção 38, 45, 46, 48, 50, 53, 54, 55, 59, 60, 63, 77, 80

### M

Mercado Imobiliário 30, 37, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78

Minha Casa Minha Vida 65, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 89, 90

### N

NDVI 14, 15, 18, 19, 21, 23

### P

Patrimônio Cultural e Paisagístico 25, 33

Patrimônio Industrial 40, 41, 42, 47, 51, 53

Política Habitacional 66, 67, 76, 78, 79, 81, 82, 84, 88, 89

Práticas Criativas 40, 52

## **R**

Regeneração 14, 54, 55, 62

## **S**

Segregação 5, 6, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 65, 66, 67, 68, 70, 75, 76, 77, 90

Segregação Socioespacial 65, 67, 75, 76, 77

Sensoriamento Remoto 14, 16, 18, 23

Sentido de Chegada 1, 2, 4, 5, 8

Sentido de Lugar 1, 2, 5

## **T**

Teoria das Janelas Quebradas 54, 55, 56

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-615-7

